

Befly Travel Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.168.403/0001-44 - NIRE 35.3.0050690-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 11:00 horas do dia 11 de abril de 2024, na sede social da **Befly Travel Participações S.A.**, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Parte BeFly Travel, Edifício Paulista Star, bairro Jardim Paulista, CEP 01.404-200 (“**Companhia**”). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades para convocação da Assembleia diante do comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei nº 6.404**”), conforme assinatura aposta no Livro de Presenças de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. **Renata Esteves dos Santos** e secretariados pela Sra. **Beatriz Cirilo Robles**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) a aprovação da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) aprovação do laudo de avaliação constante no Anexo II; e (iv) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, o acionista decidiu, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma do sumário, como faculta o artigo 130, §1º da Lei nº 6.404: **5.1.** Aprovar o grupamento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 1.000 (um mil) ações, nominativas e sem valor nominal convertidas para 1 (uma) ação, sem alteração do valor do capital social. Face ao referido grupamento, o capital social da Companhia, atualmente de R\$ 250.114.982,27 (duzentos e cinquenta milhões, cento e catorze mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos) passa a ser de R\$ 20.334.394.202 (vinte bilhões, trezentas e trinta e quatro milhões, trezentas e noventa e quatro mil, duzentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 20.334.394 (vinte milhões, trezentas e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro mil, duzentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.2.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 5.083.598 (cinco milhões, oitenta e três mil, quinhentas e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 198,44 (cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), fixado com base no disposto no art. 170, I, da Lei nº 6.404 na perspectiva da rentabilidade da Companhia, totalizando o montante de R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) a serem integralizados nesta data nos termos do item 5.2.3 a seguir, sendo que R\$ 408.790.280,32 (quatrocentos e oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) serão destinados ao capital social da Companhia e R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) serão destinados à conta de Reserva de Capital da Companhia. **5.2.1.** Face à presente deliberação, o capital social da Companhia, atualmente de R\$ 250.114.982,27 (duzentos e cinquenta milhões, cento e catorze mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos), representado por 20.334.394 (vinte milhões, trezentas e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 658.905.262,59 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) representado por 25.417.992 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.2.2.** Face à deliberação estabelecida no item 5.2 acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se inalterados os parágrafos de referido Artigo: “*Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 658.905.262,59 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) representado por 25.417.992 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.2.3.* As ações a serem subscritas nos termos do item 5.2 acima, serão integralizadas na data de sua subscrição mediante a conferência de 1.008.790.380 (um bilhão, oito milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da **TTS.A.** (nova denominação social de NK 290 Empreendimentos e Participações S.A.), sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, conj. 42, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.419-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.164.886/0001-75 (“**TTS.A.**”), avaliadas em R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), nos termos do laudo de avaliação descrito no item 5.3 a seguir. **5.2.4.** A totalidade das ações a serem emitidas nos termos do item 5.2 acima serão subscritas pelo **TT Fundo De Investimento em Participações**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº **2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **51.168.373/0001-07**, sendo que o acionista B10 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia nesta data, renuncia expressamente ao direito de preferência que lhe cabe em relação ao aumento de capital acima previsto. **5.3.** Aprovar, sem ressalvas, o laudo de avaliação das ações da **TTS.A.**, elaborado por **Incentive Contábil Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dona Matilde, nº 584, sala 04, Vila Matilde, CEP 03.512-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.974.035/0001-08, que integra essa Ata nos termos do Anexo II. **5.4.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo III ao presente instrumento. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Presentes:** **Mesa:** **Renata Esteves dos Santos**, Presidente; e **Beatriz Cirilo Robles**, Secretária. **Acionista:** **B10 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;** **Acionista Ingressante:** **TT Fundo de Investimento em Participações.** A presente Ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa:** **Renata Esteves dos Santos**, Presidente; **Beatriz Cirilo Robles**, Secretária. JUCESP nº 203.363/24-3 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Befly Travel Participações S.A. realizada em 11 de abril de 2024. Boletim de Subscrição de Ações.

Denominação Social da Companhia:	Befly Travel Participações S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, 1.070, Bairro Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01404200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.168.403/0001-44, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.3.0050690-1 (“ Companhia ”).
Subscritor:	TT Fundo de Investimento em Participações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.168.373/0001-07.
Quantidade de Ações Subscritas:	5.083.598 (cinco milhões, oitenta e três mil, quinhentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Valor do Aporte correspondente à subscrição:	R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), sendo que R\$ 408.790.280,32 (quatrocentos e oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) serão destinados ao capital social da Companhia e R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) serão destinados à conta de Reserva de Capital da Companhia.
Forma e Prazo de Integralização:	As ações serão integralizadas na data de sua subscrição por meio da conferência de 1.008.790.380 (um bilhão, oito milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da TTS.A. (nova denominação social de NK 290 Empreendimentos e Participações S.A.), sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, conj. 42, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01419 904., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.164.886/0001-75, avaliadas em R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), conforme indicado no laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a emissão das ações.

Mesa: **Renata Esteves dos Santos**, Presidente; **Beatriz Cirilo Robles**, Secretária. **Subscritor:** **TT Fundo de Investimento em Participações**, neste ato representado por sua gestora, **Reag Administradora de Recursos Ltda.**

ANEXO II. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Befly Travel Participações S.A. realizada em 11 de abril de 2024. Laudo de Avaliação de Conferência de Bens da TTS.A. Viagens e Turismo S.A. [Anexo em branco documento encontra-se na próxima página.]

ANEXO III. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Befly Travel Participações S.A. realizada em 11 de abril de 2024. Estatuto Social da Befly Travel Participações S.A., CNPJ/MF nº 00.168.403/0001-44, NIRE 35.3.0050690-1. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º. Befly Travel Participações S/A é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis (“**Companhia**”). Artigo 2º. A

Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Parte BeFly Travel, Edifício Paulista Star, Jardim Paulista, CEP 01404-200. **Parágrafo Único.** Por deliberação da assembleia geral de acionistas poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer local do território nacional. **Artigo 3º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social (i) a atividade de intermediação própria de agência de turismo, que compreende a oferta, reserva e venda a consumidores de serviços de terceiros, tais como passagens; acomodações e outros meios de hospedagem; programas educacionais e de aprimoramento profissional; serviços de recepção, transferência e assistência; excursões, viagens e passeios turísticos, marítimos, fluviais e lacustres, bem como (ii) a participação, seja como acionista, sócio ou quotista, em outras sociedades e a (iii) prestação de serviços de organização de eventos, feiras, congressos, exposições e festas. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 658.905.262,59 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) representado por 25.417.992 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo.** O dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro.** Qualquer alienação de ações e/ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social e/ou nos Acordos de Acionistas da Companhia será nula e ineficaz perante os acionistas, a Companhia e terceiros. **Parágrafo Quarto.** A Companhia não poderá emitir ou manter em circulação partes beneficiárias. **Artigo 6º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Único.** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no “Livro de Registro de Ações”. **Artigo 7º.** A Companhia deverá realizar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do pedido de qualquer dos acionistas, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, bem como emissão de certificados, podendo cobrar preço não excedente ao respectivo custo. **Artigo 8º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela assembleia geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. **Parágrafo Único.** Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso, calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do art. 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem e nos demais casos previstos em lei e neste Estatuto Social, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as disposições constantes da Lei das Sociedades por Ações, deste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Artigo 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral terá as seguintes atribuições, observado o quanto disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede social: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) deliberar sobre a eleição, destituição ou substituição dos Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições; (iii) definir a remuneração global anual dos Diretores, incluindo benefícios; (iv) tomar, anualmente as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; (vi) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); (vii) examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); (viii) deliberar sobre a formulação de pedido de falência ou de recuperação judicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável; (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (x) Autorizar a alienação de bens integrantes do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (xi) Autorizar a gravação, oneração ou alienação a qualquer título, dos bens da Companhia em operações cujo valor seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) em uma única parcela ou ao longo do período de 12 (doze) meses, ressalvadas as situações em que os créditos adquiridos pela Companhia devam ser dados em garantia dos empréstimos que ela vier a captar; e (xii) Autorizar a celebração e assinatura de contratos de qualquer natureza que impliquem em assunção de obrigações ou pagamentos pela Companhia, cujo valor envolvido represente quantia superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). **Parágrafo Único.** Exceto por quóruns majorados previstos na legislação específica aplicável à Companhia e/ou ainda quóruns majorados previstos neste Estatuto Social e/ou em eventual Acordo de Acionistas da Companhia, o qual sempre deverá prevalecer para fins de tomada de decisões, todas as deliberações da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às matérias acima indicadas, deverão ser aprovadas por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Artigo 11.** As deliberações da Assembleia Geral observarão as hipóteses previstas em lei ou neste Estatuto Social, como também o quanto previsto em eventual Acordo de Acionistas, desde que devidamente arquivado na sede social da Companhia. **Artigo 12.** Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a convocação da Assembleia de Geral será realizada por qualquer 01 (um) dos Diretores da Companhia e deverá ser entregue a cada Acionista até 10 (dez) dias antes da data agendada para sua realização, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência com aviso/protocolo de recebimento. **Parágrafo Primeiro.** A convocação deverá conter o local, a data e a hora, bem como a pauta dos assuntos a serem tratados e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia de Acionistas. **Parágrafo Segundo.** As Assembleias de Acionistas serão realizadas no lugar da sede da Companhia, e serão instaladas, em primeira convocação, por Acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas. **Parágrafo Terceiro.** Nos termos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais, bem como quaisquer outras reuniões previstas neste Estatuto Social e/ou na legislação vigente aplicável ao tipo societário da Companhia, poderão ser realizadas por meio eletrônico, de forma exclusivamente digital ou semipresencial, por meio da utilização de plataformas de videoconferência para a participação e votação a distância, sem limitação. **Parágrafo Quarto.** A manifestação dos participantes das Assembleias Gerais ou reuniões realizadas na forma do Parágrafo Terceiro, acima, poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado por qualquer dos Diretores da Companhia, desde que assegure a identificação do participante e a segurança do seu voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial. **Parágrafo Quinto.** Os anúncios ou convites de convocação, quando publicados, deverão conter o objeto da reunião, ainda que sumariamente, e designar o dia, a hora e o local e/ou endereço eletrônico para a realização da Assembleia Geral. **Artigo 13.** Independentemente das formalidades previstas no Parágrafo Primeiro acima e na legislação aplicável, ficará dispensada a convocação ali estabelecida e será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia por procuradores devidamente constituídos nos termos da Lei. **Artigo 14.** A Companhia, seus Acionistas, seus Diretores e demais membros que venham a integrar a administração da Companhia, assumem o dever de observar as práticas de governança previstas no artigo 8º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme lhe forem aplicáveis em decorrência das disposições regulatórias que obrigatoriamente devam ser cumpridas por determinado fundo de investimento em participações que integre o quadro societário da Companhia na condição de acionista, incluindo, mas não se limitando: (i) a disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (ii) no caso de abertura de capital da Companhia com registro na categoria A, a adesão de segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, as práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no mencionado artigo 8º. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 01 (um) e no máximo 03 (três) membros (individualmente denominado “**Diretor**” e, em conjunto, “**Diretores**”), com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 03 (três) Diretores sem Designação Específica, eleitos pelos acionistas, na forma prevista neste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura dos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria em até 30 (trinta) dias contados da eleição. **Parágrafo Segundo.** Considera-se renunciante o membro da Diretoria que não tomar posse dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da eleição, por qualquer que seja o motivo. **Parágrafo Terceiro.** No caso de vacância de qualquer Diretor, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da vacância. **Parágrafo Quarto.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Artigo 16.** A Diretoria será eleita pela por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Artigo 17.** A Companhia será representada, em

juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de (i) 02 (dois) Diretores sem Designação Específica em conjunto; (ii) por 01 (um) Diretor sem Designação Específica em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia; ou (iii) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante assinatura de 02 (dois) Diretores Sem Designação Específica, não podendo ter prazo de vigência superior a 01 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas com os poderes da cláusula ad judicium, que poderão vigorar por prazo indeterminado. **Parágrafo Segundo.** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência desta cláusula, salvo quando aprovado em assembleia geral dos acionistas. **Artigo 18.** Compete aos Diretores sem Designação Específica: (i) desenvolver e implementar as estratégias comerciais da Companhia; (ii) coordenar e executar o processo de comercialização de serviços da Companhia; (iii) coordenar a tempo e modo de implantação, manutenção e suporte a todos os projetos da Companhia; (iv) representar a Companhia perante os órgãos fazendários nos níveis federal, estadual e municipal, assim como perante a Junta Comercial competente, observado o disposto no Artigo 17º deste Estatuto Social; (v) contratar e dispensar funcionários; (vi) exercer outras atribuições específicas que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. (vii) desenvolver projetos, análises e pesquisas relacionados aos riscos do negócio da Companhia; (viii) acompanhar e gerenciar os resultados contábeis e financeiros da Companhia; (ix) preparar as demonstrações financeiras da Companhia; (x) requerer e utilizar certificado digital; (xi) gerenciar e desenvolver os materiais e campanhas de marketing da Companhia e seus serviços; (xii) definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico, padronização e normalização técnica; (xiii) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; (xiv) promover, executar e supervisionar a política qualidade, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e (xv) informar aos demais membros da Diretoria do andamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia. **Artigo 19.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas por qualquer dos Diretores e somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros e as atas das reuniões de Diretoria serão lavradas no respectivo Livro de Atas de Reunião da Diretoria, assinadas pelos presentes. **Artigo 20.** A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, sua competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado. **Artigo 21.** Além das matérias dispostas no Artigo 10 acima, a prática dos seguintes atos pelos Diretores em nome da Companhia também exigirá a prévia e expressa aprovação de acionistas representando, no mínimo 2/3 do capital votante da Companhia: (i) o empréstimo de dinheiro para ou pela Companhia, ou qualquer tipo de endividamento da Companhia; (ii) criação de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre os ativos da Companhia; (iii) requerimento de autofalência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a cessão de direitos ou bens em favor de credores. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 22.** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto e/ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. **Artigo 23.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei. **Parágrafo Primeiro.** A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela assembleia geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na assembleia geral ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável, submetendo-se a auditoria anual por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a deliberação da Assembleia Geral, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Artigo 25.** Dos resultados do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 26.** Os lucros líquidos apurados em cada exercício, serão destinados, em observância à Lei das Sociedades por Ações, em parte, as reservas legais, e o dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data. **Parágrafo Primeiro.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecendo ao disposto no art. 202, § 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 27.** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 28.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da assembleia geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII. Liquidação e Disposições Finais. Artigo 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de decisão dos acionistas em assembleia geral especialmente convocada para esse fim. **Parágrafo Único.** Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 30.** Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral, com base nas disposições legais aplicáveis. **Artigo 31.** A Companhia deverá observar o acordo de acionistas arquivado em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações ou a constituição de ônus sobre ações em violação a tal acordo, e o presidente da assembleia geral deverá abster-se de computar votos contrários aos termos do referido acordo de acionistas, conforme o artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 32.** Este estatuto social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 33.** Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este estatuto social (“**Conflito**”), envolvendo qualquer dos acionistas (“**Partes Envolvidas**”), inclusive, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (“**Câmara**”). **Parágrafo Primeiro.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem (“**Regulamento**”). **Parágrafo Segundo.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros. **Parágrafo Terceiro.** Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. **Parágrafo Quarto.** Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. **Parágrafo Quinto.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos de acordo com o Regulamento. **Parágrafo Sexto.** Os procedimentos previstos no presente Artigo também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **Parágrafo Sétimo.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o tribunal arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **Parágrafo Oitavo.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **Parágrafo Nono.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **Parágrafo Décimo.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral. **Parágrafo Décimo Primeiro.** A arbitragem será sigilosa. **Parágrafo Décimo Segundo.** O tribunal arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral, (iv) e honorários advocatícios em favor da parte vencedora. **Parágrafo Décimo Terceiro.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao tribunal arbitral previstos na forma do Regulamento. **Parágrafo Décimo Quarto.** Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral. **Parágrafo Décimo Quinto.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do tribunal arbitral, (ii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iii) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Parágrafo Décimo Sexto.** A execução das decisões do tribunal arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, serão requeridas preferencialmente no Foro da Comarca de São Paulo; porém, caso seja útil ou necessário, poderão ser requeridas em qualquer foro, ainda que estrangeiro. * * * *

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

